

## **Movimento feminista lésbico e negro e a desconstrução da hegemonia do conhecimento na universidade**

**Mayana Coelho<sup>1</sup>**

**Maria de Fátima de Andrade Ferreira<sup>2</sup>**

**Resumo:** Este artigo tem como objetivo apresentar argumentos que buscam favorecer reflexões e valorizar o movimento feminista lésbico e negro como ponto de partida para a produção de conhecimentos dissidentes, não hegemônicos sobre gênero, sexualidade, entrelaçamentos de marcadores sociais da diferença, na universidade, considerando os desafios da sensibilização pedagógica e acadêmica por professoras(es) na desconstrução de (pre)conceitos e superação das dicotomias gênero e sexo, rompendo com binômios tradicionais. Os estudos e a atuação teórica-política a partir desse movimento têm se multiplicado, diversificado e, cada vez mais, se legitimado como campo de produção de conhecimento e de discussões sobre temas ligados a opressões sofridas por mulheres e todos os corpos que não são masculinos e heterossexuais e desigualdade de gênero no espaço acadêmico. A universidade enquanto lugar de construção do conhecimento e fortalecimento de potências, também se reconhece como espaço contraditório que precisa refletir sobre a sensibilização e formação a respeito da diversidade. É urgente, portanto, que este espaço rompa com o silêncio em relação ao racismo, as opressões de gênero e classe para que as desigualdades não sejam mais outra vez, movidas pelo silenciamento que dá aos padrões da branquitude, ao heterossexismo e ao modelo patriarcal a “arma” necessária para a manutenção do seu poder. Nesse sentido, o embasamento bibliográfico para esta escrita são os conceitos feministas lésbico e negro, reconhecendo a importância deste movimento teórico-político. Esperamos contribuir com a literatura já existente sobre o tema, propondo discussões acerca do fazer pedagógico e a atuação do/a docente universitário/a na (des)construção de (pre)conceitos de gênero e compreensão sobre opressões de corpos negros, lésbicos, além de todas as outras possibilidades existentes de habitar-se, além da necessidade de estabelecer estratégias para provocar mudanças de padrões acadêmicos hegemônicos por entrecruzamentos críticos e epistêmicos.

**Palavras-chave:** Feminismo negro. Feminismo lésbico. Epistemologias decoloniais. Descolonização de saberes.

<sup>1</sup> Pedagoga. Mestranda em Relações Étnicas e Contemporaneidade. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. E-mail: [mmorbeckcoelho@gmail.com](mailto:mmorbeckcoelho@gmail.com).

<sup>2</sup> Pós-doutorado em Antropologia Social e Doutora em Educação pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Professora Titular da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). E-mail: [mfatimauesb@hotmail.com](mailto:mfatimauesb@hotmail.com)

Este artigo trata do Feminismo lésbico e negro e da sua importância como movimento de luta e resistência que envolve questões políticas, históricas e sociais, portanto, um instrumento capaz de provocar mudanças em padrões acadêmicos hegemônicos do conhecimento científico sobre gênero, raça, sexualidade e demais entrelaçamentos de marcadores sociais da diferença, nos espaços acadêmicos, considerando que seu percurso histórico-político e seus desdobramentos permitem aumentar a compreensão sobre mecanismos de poder e as formas práticas e de saberes docentes nessa direção.

Nele, abordamos os posicionamentos deste movimento teórico político a favor da emancipação da identidade da mulher lésbica e negra, bem como todas as outras sujeitas e sujeitos desviantes à norma heteronormativa, também, salientamos a importância dos debates críticos e reflexivos contra a sociedade patriarcal, racista, autoritária, machista e heteronormativa. Por isso, justifica-se a discussão e debates sobre a referida temática nos espaços da universidade, considerando-se os desafios da sensibilização pedagógica e acadêmica por parte das/os professoras(es) na desconstrução de (pre)conceitos e superação das dicotomias de gênero, raça e classe, rompendo com binômios tradicionais e eurocêtricos. Além disso, os debates são metodologias que devem apontar “para a necessidade de conscientização e responsabilização coletiva pelo racismo” (KUMPERA, 2019).

“O mito fundador” (ROCHA, 2014; CHAUI, 2014, 2000) surge para demonstrar os vínculos entre ideologia autoritária e a posição intelectual dos colonizadores na reprodução da estrutura social patriarcal e seus valores e comportamentos autoritários, racistas, sexistas, machistas e heteronormativos. Rocha (2014, p. 7) lembra que “ninguém duvida de que o trabalho de crítica dos preconceitos e as ideologias é algo necessário para quem quer que viva desejando a emancipação humana e defenda a liberdade nas democracias”, afinal, não vivemos numa sociedade democrática, os preconceitos e invisibilizações ainda se fazem presentes.

O autoritarismo brasileiro, com suas manifestações mais sofisticadas vem trazendo, ao longo dos séculos, as suas diferentes faces da violência, contra todos os corpos marginalizados, o que confirma o racismo estrutural persistente no país, ou seja, “o racismo é a manifestação normal de uma sociedade, e não um fenômeno patológico ou que expressa algum tipo de anormalidade” (DE ALMEIDA, 2019, p.14).

Para Lélia Gonzales (1984, p. 226), é necessário trabalhar a noção de consciência, memória e a compreensão da realidade para se opor ao mito da democracia racial.

A gente tá falando das noções de consciência e memória. Como consciência a gente entende o lugar do desconhecimento, do encobrimento, da alienação, do esquecimento e até do saber. É por aí que o discurso ideológico se faz presente. Já a memória, a gente considera como o não-saber que conhece, esse lugar de inscrições que restituem uma história que não foi escrita, o lugar da emergência da verdade, dessa verdade que se estrutura como ficção. Consciência exclui o que a memória inclui. Daí, na medida em que é o lugar da rejeição, consciência se expressa como discurso dominante (ou efeitos desse discurso) numa dada cultura, ocultando memória, mediante a imposição do que ela, consciência, afirma como a verdade (1984, p. 226).

Assim, a sociedade brasileira, construída historicamente por divisão de classes sociais antagônicas, sob a dinâmica das desigualdades sociais e dos racismos, produz e reproduz conhecimento pela perspectiva do colonizador e, desse modo, tem influenciado também o papel da universidade e sua responsabilidade na formação cidadã das alunas, dos alunos e alunas, e o comportamento das pessoas e a relação com o Outro - o diferente.

A universidade como instituição social deve não só apresentar relevância acadêmico-científica, mas também, relevância social, “tanto é assim que vemos no interior da instituição universitária a presença de opiniões, atitudes e projetos conflitantes que exprimem divisões e contradições da sociedade” (CHAUI, 2003, p. 5). Nesta direção, tomamos emprestadas as palavras de Chauí e Rocha, para dizer que a universidade é um espaço que continua comprometido com práticas discriminatórias,

violências e com a manutenção de binarismos, desigualdade e assimetrias entre as pessoas e grupos sociais. Produzir conhecimento crítico feminista, lésbico e negro, a partir da pedagogia anticolonial, partindo do potencial libertador desses aprendizados (hooks, 1994, p. 11), na universidade, é um desafio necessário para a produção de novos caminhos conceituais sobre lesbianidade e suas imbricações contra preconceitos de gênero e racismos no contexto brasileiro.

Segundo Boaventura de Sousa Santos (2005), é preciso provocar uma reforma democrática e emancipatória da universidade, o que parece apontar para a “Nova Perspectiva” defendida por Marilena Chaui (2003). Além disso, para lutar contra a não legitimação e a exclusão do Outro, através da supremacia heteronormativa branca no ambiente universitário, tem que ter como ponto de partida a compreensão das práticas pedagógicas como um mecanismo de poder.

A atuação docente no ambiente da sala de aula, pode ampliar vozes historicamente deslegitimadas, mas também pode perpetuar os conhecimentos hegemônicos excludentes. Sobre essa questão, Louro (2000, p. 88) lembra que a “[...] pedagogia crítica busca transformar consciências, dotar as estudantes de modos de conhecimento que as capacitem a conhecer melhor a si mesmas e a viver no mundo mais plenamente [...]”.

Nesta perspectiva, é importante descrever a importância do movimento feminista lésbico e negro como ponto de partida para a descolonização do espaço acadêmico, tendo como objetivo secundário, influenciar na desnaturalização do privilégio epistêmico que ainda invisibiliza conhecimentos que não são eurocentrados. Discussões e conflitos sobre a sexualidade perpetuam-se durante diversos períodos históricos e nas disputas religiosas, afinal, o sexo é político e sua esfera de compreensões tem padrões normativos que causam desigualdades e modos de opressão, decerto, contestar a sexualidade varia de acordo com os padrões de cada época (RUBIN, 2017, p. 2).

Diante dos fatos históricos, destaca-se a “Segunda Onda do Feminismo<sup>3</sup>” (HEMMINGS, 2009) que ocorreu no final da década de 60 e início da década de 70, pois este momento histórico foi marcado pela luta em defesa da igualdade jurídica e social das mulheres oprimidas pela estrutura heterossexista, destacando a participação das pensadoras negras e lésbicas. Além disso, foi o momento que trouxe a abertura crítica para as mulheres sobre padrões heteronormativos nas normas e condutas sociais.

Para Rich (2019, p. 65), a não dissociação de perspectivas sobre o sexismo e o racismo, tem a potência necessária para compreender o lugar da branquitude e da masculinidade hegemônica neste processo de invisibilização feminina para o rompimento desse modelo colonial. Afinal, esta é uma perspectiva que pode corroborar com a compreensão sobre o “*continuum lésbico*”, “[...] que retrata os vínculos e a identificação entre mulheres como essenciais para a sobrevivência feminina, uma corrente regular de crítica e produção textual tem surgido entre as mulheres de cor em geral e as lésbicas de cor em particular” (RICH, 2019, p. 65). Essas formulações de Rich (2019) ajudam a compreender que a fluidez dos marcadores sociais dentro da perspectiva de subversão e o marco intelectual de transformação através das mulheres lésbicas e negras, referindo-se ao feminismo radical, abriram caminhos nas encruzilhadas para escritoras que até então, eram invisibilizadas.

Nessa mesma direção, no seu artigo “Lesbianidade e branquitude”, Kumpera (2019) trata das imbricações entre esses termos e defende que descolonizar a posição de privilégio é um ato político que envolve desde o pensamento às ações. Assim, é notória a necessidade de romper com o silêncio epistêmico para que a construção de bases de análise para o racismo e o colonialismo, que permeiam a nossa educação tragam

---

<sup>3</sup> “Segunda Onda” denomina-se o movimento do feminismo que parte da mudança vista como politizada e unificada, iniciado nos anos 1960, nos Estados Unidos, trazendo reflexões sobre as condições das mulheres no espaço doméstico e social e se disseminou pelo mundo ocidental, na luta por direitos de cidadania e defende o aprofundamento e a ampliação do debate sobre raça, sexualidade e classe, reivindicações acerca da sexualidade, do corpo e o direito ao prazer, a consciência das diferenças raciais e contesta a homogeneidade da década.

proposições em torno das novas linguagens que permita superar um modelo de pensamento fundamentalmente eurocêntrico.

### **A (re)existência das mulheres feministas no campo epistêmico sobre gênero, raça/etnia como categorias de análise decolonial**

A (re) existência das mulheres do movimento feministas no campo epistêmico que disputa com as epistemologias hegemônicas é uma questão que vem progressivamente ganhando espaços de diálogos acadêmicos e científicos, além de amadurecimento político, histórico e social, considerando a importância das lutas pela emancipação de todos os corpos que não são do padrão masculino heterossexual e imagem política e social valorizada pela sociedade hegemônica e, assim, em busca por direitos iguais para todos(as) na sociedade brasileira. Sabemos que os feminismos trouxeram contribuições importantes para os estudos e pesquisas acerca de gênero e promoveu novas abordagens sobre a realidade.

Vimos assim, que este assunto não se esgota e está presente nas discussões e pesquisas, inclusive quando se trata da imagem/figura e figurações da mulher em diferentes contextos históricos e movimenta-se de acordo com as formas de sociabilidades e jogos de forças sociais prevalentes. Estes são jogos de hierarquias, idealizações negativas, contraditórias, intolerâncias e preconceitos. Costa (2002) lembra que em todas as sociedades dos tempos modernos, por exemplo, há sempre algo de idealização “romântica” das mulheres, que são representadas pela figura da mulher dócil, santificada, como um arquétipo do que se imagina, deseja, circunscreve, localiza, confina, maravilha ou santifica, muitas vezes conforme a imaginação masculina. Desse modo, a imagem da mulher é construída como autoimagem feminina, envolvendo diversas situações e diferentes formas de hierarquias e da subalternidade da mulher em

face do homem. A autora estuda a imagem da mulher e a arte brasileira e encontra razões para chamar a atenção de que,

As teorias críticas e históricas criavam seus conceitos e monopolizavam o direito de entender e explicar os comportamentos criativos e expressivos do homem, rechaçando qualquer outro tipo de argumento, científico ou não. Por outro lado, [...] o fato de a ciência ter se apoiado primordialmente sobre o texto escrito enquanto as artes utilizam múltiplas linguagens criava obstáculos difíceis de ser ultrapassados (2002, p. 30).

Essa colocação de Costa (2002) mostra que vale a pena lembrar que as instituições e os meios de informação e comunicação são importantes e têm papel decisivo no desempenho de ações e estratégias que permitam expressar opinião, construir novo conhecimento, para decantar realidades, tipos e mitos e, nesse processo, construir novas formas de sociabilidades.

Entrelaçam-se, nessa circulação de ideias e formulações teóricas, diversas vertentes dentro do campo de estudos feministas, com distintas abordagens e propostas de estudos acadêmicos sobre as mulheres brasileiras e o papel dessas em distintos contextos históricos, sociais e políticos. Um dos expoentes entre essas vertentes é o chamado feminismo negro que, entre tantos aportes, inaugura o conceito de interseccionalidade como uma categoria fundamental para a compreensão de que um só indivíduo pode ser alvo de distintas formas de opressão e como o cruzamento delas constrói particularidades nas experiências pessoais e políticas de quem as sofre. Dessa forma, diferentes campos de dominação (raça, gênero, orientação sexual, classe, entre outros) passam a ser vistos e analisados como se atuassem não como uma soma de fatores separados senão que atuam simultaneamente, em um primeiro plano (CRENSHAW, 1991; COLLINS, 2012; hooks, 2015).

Nesse contexto, uma das contribuições das lésbicas negras para esse debate é a proposta de análise interseccional das categorias de gênero, sexualidade e raça para a formação de um pensamento crítico e reflexivo acerca das lutas e conquistas das

mulheres e de pautas relacionadas à diversidade de gênero e étnico-racial. O conhecimento sobre o feminismo lésbico e *Negro* traz a compreensão destes movimentos como um sistema e regime político que se constrói desde o começo da década de 70, através das histórias das sujeitas, dos grupos de militância, da construção epistêmica e de seus significados que reafirmam e reconstróem a diversidade do movimento (AKOTIRENE, 2020).

Gomes (2018) também adota essa perspectiva e traz para a discussão mais uma categoria central para esse trabalho: colonialidade. A autora adota o conceito de gênero como categoria de análise social proposto por Scott (1990) e defende que novas perspectivas fundadas pelos estudos decoloniais “(...) nos mostraram que o gênero pode ser uma forma de colonialidade e pode produzir discursos que escondem a multiplicidade da vivência das relações fora do sistema-mundo da colonialidade moderna” (GOMES, 2018, p. 65). Além disso, sustenta que “ser o gênero uma categoria de análise capaz de desestabilizar o que é ser homem ou ser mulher apenas quando percebido não como uma categoria primária, secundarizando a raça, mas como categoria junto a ela produzida” (2018, p. 65). Colonialidade, então, nas palavras da autora,

[...] usa a raça e o sistema sexo/gênero em seu processo de desumanização. Ou seja, nem a raça sozinha promoveu essa forma de inferiorização dos sujeitos, nem o gênero sozinho produz hierarquização, estereótipos ou relações de dominação: a raça e o racismo, junto à ideia de que alguns sujeitos possuiriam sexo e outros gênero, como quem opõe natureza e cultura, que criaram a ideia de não-humanos racializados. E digo não sozinha não porque cada um deles não se caracterizariam como mecanismos capazes de sustentar processos de dominação, mas porque não me parece que tenham sido – e que continuem sendo – processos estanques e separados um do outro, além de que as articulações permitiram que a inscrição da colonialidade tivesse ainda mais força. De outro lado, o gênero sozinho não produziu essa desumanização que a teoria performativa apresenta. Vale dizer, claro, que essas categorias sexo/gênero não existiam como tal no contexto colonial (2018, p. 79)



A interseccionalidade proposta pelo feminismo negro e também desenvolvida pelo movimento feminista negro lésbico, traz embasamentos necessários para questionar o heterocentrismo e o patriarcado desde as margens e dissidências. Lugones (2008), por exemplo, a partir das análises interseccionais procura compreender e mostrar a indiferença dos homens quando se referem a violências contra as mulheres não brancas, com isso sustenta a importância da participação do homem para que essas violências não ocorram. Por isso, é preciso de atenção voltada para esta questão, inclusive a autora traz algumas críticas e provocações sobre o feminismo hegemônico e as concepções de exclusão histórica e teórico-prática das mulheres não brancas. A cultura é transformada conforme as condições históricas e materiais “Portanto não existe uma cultura das mulheres negras que seja homogênea; existem construções sociais das culturas das mulheres negras que juntas formam a sua cultura” (COLLINS, 2016, p. 111).

A partir daí, é possível pensar que em Butler (2019, p. 10), gênero é visto como categoria de análise de acordo com a perspectiva decolonial, pois analisa o sujeito a partir da cultura, da sociedade, da história e, também, como um sujeito político e de direitos. O próprio sujeito das mulheres não é mais compreendido em termos estáveis e permanentes (BUTLER, 2003, p. 18) e gênero “é um tipo de ação que pode potencialmente proliferar-se além dos limites binários impostos pelo aspecto binário aparente do sexo” (p. 163-164). Seus textos convergem com as perspectivas feministas, gays e lésbicas e busca afirmar posições da vida disciplinar através da centralização e descentralização investigativa baseado nas instituições definidoras do falocentrismo e da heterossexualidade compulsória<sup>4</sup>. Desta forma, a crítica genealógica reflete sobre as práticas e discursos que categorizam a identidade de gênero de forma múltipla e difusa.

---

<sup>4</sup> Ideias fixas sobre privilégios tanto raciais e culturais, como econômicos e sexuais que se apresentam como “o universal”, “como as coisas são”, “todas as mulheres”, etc. (RICH, 2019, p. 93). Assim, a autora utiliza esse termo para que as mulheres compreendam de maneira crítica a sociedade que fazem parte e assim, lutem contra a norma imposta.

Sendo o principal ponto de análise da teoria feminista, o gênero é visto como forma primária das relações de poder e a maioria destas relações são carregadas de binarismos.

As relações de poder interferem nas esferas econômicas e políticas e influenciam diretamente nas estruturas do saber, do ser e do poder. Os marcadores de gênero baseiam-se na formação das identidades sociais e históricas que subalternizam as condições de vida da mulher através dos processos de significação. É também importante destacar que através da mídia de massa, o Movimento Feminista contrapôs os padrões heteronormativos e patriarcais e as definições essencialistas que se baseiam na categoria do sexismo. Nesta perspectiva, Zirbel destaca em seu blog “Mulheres na Filosofia,

feministas negras e latinas da segunda onda apontaram para o entrelaçamento de diversas formas de opressão que incluíam o racismo e a exploração dos corpos de pessoas racializadas. Assim, o Coletivo Combahee River (1974), para dar apenas um exemplo, argumentava que a libertação das mulheres negras implicaria a liberdade de todas as pessoas, uma vez que exigia o fim do racismo, do sexismo e da opressão de classe. O coletivo assumia o compromisso de “lutar contra a opressão racial, sexual, heterossexual e classista”, tendo como tarefa “o desenvolvimento de uma análise e uma prática integradas, baseadas no fato de que os maiores sistemas de opressão se encadeiam” (La Colectiva, 1977/1988). Feministas lésbicas, por sua vez, questionavam a imposição da heterossexualidade como norma e refletiam sobre a sua relação com o patriarcado, o capitalismo e o colonialismo. A heterossexualidade, assim como a heterossexualidade, foram tidas como aspectos de um hetero-poder a ser confrontado e resistido (Rich, 1986, p. 23). Nesse sentido, o lesbianismo era uma resposta política à opressão e à alienação produzidas por esse hetero-poder e suas sociais. Alguns grupos propuseram a criação de comunidades separatistas a fim de implantar uma vida livre da dominação masculina (MULHERES NA FILOSOFIA, 2021).

Sobre essa questão, Hooks (1995) aponta o caminho do trabalho intelectual como uma via importante para construir respostas subversivas às condições que são impostas às mulheres negras e, defendemos, com base no que já foi anteriormente exposto, que o entendimento do argumento de hooks pode ser estendido também às mulheres negras lésbicas.

Sem jamais pensar no trabalho intelectual como de algum modo divorciado da política do cotidiano optei conscientemente por tornar-me uma intelectual pois era esse trabalho que me permitia entender minha realidade e o mundo em volta encarar e compreender o concreto. Essa experiência forneceu a base de minha compreensão de que a vida intelectual não precisa levar-nos a separar-nos da comunidade, mas antes pode capacitar-nos a participar mais *plede hnamente* da vida, da família e da comunidade (Hooks, 1995, p. 466).

Sem dúvidas, um dos campos de desenvolvimento e atuação desse trabalho intelectual são as universidades. Portanto, esse pensar teórico-político deveria estar presente nesse espaço como forma de ampliar as possibilidades de pontos de vista a serem construídos e conhecimentos a serem compartilhados. Em confluência com os pensamentos da autora (1995), acredita-se que a chave para a análise das respostas subversivas vem da observação e compreensão acerca da utilização do feminismo na profissão docente. Assim, os conhecimentos que serão alcançados por alunas, alunos e alunes tem que estar respaldados em propostas metodológicas que considerem a importância da interseccionalidade como ferramenta para ultrapassar os limites eurocêntricos.

Os movimentos teórico-políticos dos feminismos negros lésbicos têm se destacado com provocações referentes à colonialidade da categoria gênero e à necessária descolonização dos saberes. Assim, é possível entender que estas trazem importantes aportes teóricos que propõem, entre outras coisas, o resgate de epistemologias apagadas pelo colonialismo e a elaboração de novas epistemologias que também permitam romper com essa lógica vigente nas relações de poder até hoje resistentes e que marcam as sociedades com racismos, sexismo, misoginia, heteronormatividade.

As formulações até aqui colocadas nos permitem entender que a (re)existência das mulheres e, destacando-se a das mulheres lésbicas e negras, ganham força, espaço e refletem sobre a identidade, imagem e resistência da mulher e da mulher lésbica, negra, que seguem fazendo história, demarcando seus espaços de resistências e ocupando

diferentes espaços na sociedade, antes ocupado apenas pelos homens, como por exemplo, na família, no mercado de trabalho, na política, na gestão de empresas, na universidade e nos espaços de construção do conhecimento decolonial, dentre outros. E, desse modo, provocam deslocamentos e descolonização do conhecimento, do poder, de relações de gênero e étnico-raciais, do lugar da mulher na sociedade patriarcal, machista, heteronormativa e sexista.

### **Movimento Feminista Lésbico e Negro e os processos de produção acadêmica sobre perspectivas dissidentes na Universidade**

O movimento feminista lésbico e negro tem provocado profundas mudanças em conceitos preconcebidos de categorias como gênero, raça, etnia, dentre outros marcadores sociais da diferença e buscam espaços de disseminação de conhecimento, ideias e novas visões de mundo, além do preenchimento de vácuos analíticos causados pelas ideologias coloniais e eurocêntricas.

Na atualidade, surgem alguns problemas como, por exemplo, os centros de pesquisa e tecnologia têm sido observados somente pelos aspectos de rendimento financeiro para a Universidade, como uma produtividade tangível para cursos específicos e invisibilizando outros. No entanto, a universidade deve traçar uma estreita relação com a sociedade no sentido de se apropriar de perspectivas dissidentes do conhecimento e significantes de resistência, trazendo contribuições decoloniais do pensamento, para combater e subverter o sistema patriarcal e descolonizar os saberes.

Segundo Tunnermann (2008, p. 13), compreender espaços sociais, dinâmicas entre os seres humanos e revisar temáticas que têm trazido perspectivas plurais e abertas dentro do espaço da pesquisa, é essencial para compreensões que envolvem a sociedade. Os diálogos de pesquisa devem produzir vários ângulos, a depender do objetivo a ser alcançado. Na atual era do conhecimento, muitos espaços universitários estão

preocupados com pesquisas como espaço de demarcação estratégica do custo-benefício. Para Grosfoguel (2016, p. 44), por exemplo,

A existência de diversidade epistêmica garante o potencial para os esforços de decolonização e de “despatrialização” que não mais estão centrados nas epistemologias e visões de mundo eurocêntricas. Para nos movermos além da Modernidade eurocêntrica, Dussel propõe um projeto de decolonização que utiliza continuamente o pensamento crítico das tradições epistêmicas do Sul. É a partir dessas tradições diversas que podemos construir processos que vão trazer ideias diferentes e instituições apropriadas pela Modernidade eurocêntrica para decolonizá-las, em diferentes direções. Na Modernidade eurocêntrica, o Ocidente sequestrou e monopolizou as definições de democracia, direitos humanos, libertação da mulher, economia etc. A transmodernidade implica uma redefinição desses elementos, em diferentes direções, de acordo com a diversidade epistêmica do mundo, em direção a uma multiplicidade de sentidos até um mundo pluriversal.

Apesar do epistemicídio<sup>5</sup> (GROSFOGUEL, 2016) ocorrer desde o século XVI com o intuito de destruir os conhecimentos ligados aos seres humanos que não são da norma hegemônica e que reverbera em diversos outros momentos da história e de diferentes formas, gerando injustiças epistêmicas nas relações sociais e de trabalho ao longo dos períodos históricos, as professoras e os professores têm que ter a sensibilidade para romper com esta perspectiva e fomentar a liberdade e a autonomia acadêmica. Para o autor (2016), o racismo/sexismo epistêmico é um dos problemas mais importantes do mundo contemporâneo e o privilégio epistêmico do homem moderno foi construído às custas do genocídio/epistemicídios dos sujeitos coloniais, indígenas das Américas, os ameríndios, povos africanos e contra as mulheres. A legitimação e monopólio do conhecimento dos homens ocidentais influenciam na perpetuação do privilégio epistêmico dos homens ocidentais e seus conhecimentos que invisibilizam outros corpos políticos (GROSFOGUEL, 2016, p. 26).

---

<sup>5</sup> Epistemicídio é um termo criado por Boaventura de Sousa Santos (1998, p. 208) que significa “a supressão dos conhecimentos locais perpetrada por um conhecimento alienígena”, ou seja, “a destruição de conhecimentos ligados à destruição dos seres humanos” (SOUSA, 2010).

Tunnermann (2008, p. 17) afirma que a “análise das relações entre sociedade e universidade é um dos principais temas na agenda de estudos sobre a educação superior. Não há dúvida de que o mundo acadêmico deva envolver-se mais com os processos sociais, econômicos e culturais [...]”. Decerto, a pluralidade de soluções a partir de diferentes epistemologias e culturas pode responder às questões problema do sistema-mundo capitalista, patriarcal, ocidental, cristão, moderno e colonialista. A universidade é uma instituição social que expressa a estrutura da sociedade como um todo e seus espaços têm dinâmicas de opiniões, projetos e atitudes conflitantes que refletem as opiniões sobre a sociedade. Nesse sentido, tem que estabelecer em seus espaços de pesquisa, um universal abstrato que não favoreça a hegemonia do domínio do intelecto e que não atue com condutas instituídas para beneficiar a demanda do capital.

Abordagens ecléticas e neopragmáticas são aconselháveis diante da variedade dos fenômenos que podem ser teorizados principalmente sobre gênero, pois esta categoria está presente na sociedade, na economia política e na cultura política, nas esferas públicas e nos aparatos do Estado, afinal o privilégio de gênero “[...] atravessa domicílios, redes de parentesco e a totalidade de instituições que formam a sociedade civil. Ela opera em todos os sítios de produção cultural e ideológica, incluindo culturas de massa, alta cultura, culturas acadêmicas, culturas de oposição e contraculturas” (FRASER, 2018, p. 236).

bell hooks (2013, p. 18), ao relatar sua trajetória acadêmica no livro “Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade”, destaca a diferença entre uma sala de aula feminista de uma sala de aula tradicional. Mesmo que as salas de sua época de estudante tivessem a predominância de professoras feministas brancas, esse era o único espaço para pensar criticamente e que estimulava o aluno a pensar sobre a sua prática pedagógica.

Para começar, o professor precisa *valorizar* de verdade a presença de cada um. Precisa reconhecer permanentemente que todos influenciam a dinâmica em sala de aula, que todos contribuem. Essas contribuições são recursos. Usadas de modo construtivo, elas promovem a capacidade de qualquer turma de criar uma comunidade aberta de aprendizado (hooks, 2013, p. 18).

Diversas razões explicam que a interseccionalidade do movimento feminista lésbico e negro respaldam os docentes para que saibam enfrentar as dicotomias hegemônicas e de privilégio de forma autônoma, e assim, atuem em sala de aula. Entende-se que a compreensão discursiva que tem como base a interseccionalidade entre gênero, raça e classe permite analisar os sujeitos para além da dicotomia e binarismo, dando significado a forma de ser e vivenciar o gênero.

De acordo com hooks, ao descrever sobre Eros, Erotismo e o processo pedagógico no livro “O Corpo Educado” (LOURO, 2000), a pedagogia crítica feminista tem sido legitimada como uma epistemologia de subversão que não reforça a dicotomia mente/corpo, o que permite às professoras e professores a totalidade no processo de ensino e aprendizagem, fazendo do momento da sala de aula um ato político para subversão dos padrões, afinal, “A educação feminista para conscientização crítica está enraizada na suposição de que o conhecimento e o pensamento crítico dados na sala de aula deveriam orientar novos hábitos de ser e modos de viver fora da sala de aula” (LOURO, 2000, p. 87).

Os estudos de gênero de forma geral e, nesse caso, mais especificamente, as teorias propostas pelo feminismo negro lésbico parecem apontar a novos caminhos possíveis para uma transformação histórica na filosofia e na teoria social. Isso porque provocam rupturas, inclusive nos campos epistemológicos, de significados sociais culturalmente construídos, além de promover novas articulações e inserções no campo científico com cunho combativo com relação às estruturas heterossexistas. Compreender o que há no interior dos discursos de docentes e investigar sua rede de subjetividades pode impactar diretamente na conformação atual das relações de poder e

na lógica hegemônica de produção de saberes. Este parece ser um caminho possível a partir da pesquisa de questionar e subverter epistemologias eurocentradas. Não obstante, esse processo demanda esforços coletivos contrários aos padrões intelectuais que inviabilizam as produções acadêmicas das mulheres, principalmente as lésbicas e as negras. Como lembra Lugones (2014, p. 949):

Não se resiste sozinha à colonialidade do gênero. Resiste-se a ela desde dentro, de uma forma de compreender o mundo e de viver nele que é compartilhada e que pode compreender os atos de alguém, permitindo assim o reconhecimento. Comunidades, mais que indivíduos, tornam possível o fazer; alguém faz com mais alguém, não em isolamento individualista. O passar de boca em boca, de mão em mão, práticas, valores, crenças, ontologias, tempo-espacos e cosmologias vividas constituem uma pessoa. A produção do cotidiano dentro do qual uma pessoa existe produz ela mesma, na medida em que fornece vestimenta, comida, economias e ecologias, gestos, ritmos, habitats e noções de espaço e tempo particulares, significativos. Mas é importante que estes modos não sejam simplesmente diferentes. Eles incluem a afirmação da vida ao invés do lucro, o comunalismo ao invés do individualismo, o “estar” ao invés do empreender, seres em relação em vez de seres em constantes divisões dicotômicas, em fragmentos ordenados hierárquica e violentamente. Estes modos de ser, valorar e acreditar têm persistido na oposição à colonialidade.

A resistência ao falocentrismo deve observar os caminhos determinantes e contrapor de forma política as questões instituídas. Assim, o pós-feminismo (MACEDO, 2006) traz a base científica para o reconhecimento e questionamento destes padrões, pois neste movimento encontra-se o feminismo lésbico e Negro, pois “quando as palavras das mulheres clamam por serem ouvidas, cada uma de nós deve reconhecer sua responsabilidade de tirar essas palavras para fora, lê-las, compartilhá-las e examiná-las em sua pertinência à vida” (LORDE, 1977, p. 6).

Vimos, portanto, que o papel do movimento feminista lésbico e *Negro* é de grande relevância quando tratamos de processos de produção acadêmica e conhecimentos dissidentes na universidade, pois, ao desempenhar ideias, formulações



acadêmicas, científicas e aspirações, deslocam categorias como gênero, sexualidade, raça/etnia e mulher do centro do projeto colonial e patriarcal, visando desestruturar assimetrias de poder conformadas pela colonialidade.

Podemos, assim, considerá-lo como um movimento teórico-político de transformação nos quais estão envolvidas mulheres negras lésbicas e aliados/as/es, pela construção de uma sociedade melhor. Isso se constrói a cada dia, a partir de constantes reflexões, estudos, pesquisas e ações de denúncia de práticas e mecanismos excludentes, gritos que ecoam por liberdade, respeito à condição humana, aos direitos humanos e sociais, buscando, enfim, uma cidadania plena.

### **Algumas proposições para subverter o espaço da sala de aula das universidades**

Os espaços das salas de aula das universidades são reconhecidos como lugares de trocas, diálogos, discussões sobre questões importantes referentes aos indivíduos e à sociedade, de incentivo ao pensamento, e de reflexões sobre processos de construção de relações sociais, identidades, dentre outras atividades humanas, sociais e de formação humana, de construção do conhecimento.

A partir das reflexões de Mott (1987) é possível entender que a universidade é um lugar apropriado para ensinar a viver com dignidade e descobrir um futuro melhor a reivindicar. Portanto, pode ser compreendido como um lugar reconhecido como espaço social e político, um ambiente de construção de conhecimento e responsável pela disseminação da informação e de formação de sujeitos autônomos.

Contudo, o espaço da universidade também produz contradições, tensões e incertezas. Para tanto, é preciso construir uma nova compreensão sobre a universidade que se propõe a assumir desafios colocados à sociedade e à formação docente, preparar o futuro profissional da educação para criar possibilidades de aprendizagens em

contextos diversos da cultura e social, a partir da crítica à colonialidade como um modo de subjetivação, criando e ocupando espaços de debate nos ambientes acadêmicos.

Por isso, é possível afirmar que se deve tomar como necessária a utilização de epistemologias feministas lésbicas e negra quando se percebe a complexidade e influência da colonização de poder nesses espaços de formação e de construção e disseminação do conhecimento científico, pois esse talvez seja um dos caminhos possíveis para a descolonização das dicotomias hierárquicas que acompanham a construção do sujeito desde a sua concepção à formação de valores humanos e sociais, éticos, políticos.

Consideramos, portanto, que é preciso ampliar os espaços de discussão e debates nas universidades, buscando estratégias para aumentar a conscientização e a transformação do “silêncio em linguagens e em ação” (LORDE, 1977) e, para tanto, é relevante preparar o(a) professor(a) para atuar na perspectiva das teorias críticas atuais acerca de pautas sobre temáticas de gênero e sexualidade e de como a sociedade brasileira produz e reproduz (pre)conceitos e discriminação de gênero, raça/etnia, classe social, costurando um entrelaçamento de fios que se constituem como condutores da exclusão social, de violências contra o Outro, seja ele, a mulher, o sujeito LGBTQIA+, o corpo negro, o corpo gordo, dentre outros. Para isso, é essencial ter como base a pedagogia crítica e as pensadoras feministas para que o ambiente da sala de aula rompa com os padrões eurocentrados.

A educação para a cidadania e direitos humanos é um tema que deve fazer parte do currículo, das práticas docentes e das metodologias a diversidade cultural, sexual, gênero, raça/etnia, classe social, na universidade. Questionamentos ligados às masculinidades e feminilidades, bem como sobre a equidade social curricular traz a abertura para discussões em todas as modalidades de ensino sobre questões que envolvem as relações de poder impostas pelo heterossexismo, classismo e racismo (FERREIRA; SANTANA, 2020, p. 32).

Quijano (2017) coloca os conhecimentos dissidentes e a colonialidade do poder em movimento, trazendo críticas sobre fenômenos sociais e políticos que ignoram a autonomia do sujeito, aderindo a crença em um sujeito neutro e universal pelo Ocidente que buscam apagar e silenciar as vozes dissidentes. Desse modo, a colonialidade do poder, do ser, e do saber é questionada e definida por Quijano como um poderoso mecanismo utilizado na (re)produção de violências simbólicas, preconceitos e discriminação do Outro. É um instrumento perverso, pois produz violências e classificações excludentes da diferença.

Kilomba (2019) reconhece que a academia não é um espaço neutro e, nessa perspectiva destaca alguns pontos essenciais para criar a reflexão inicial de professores em sua atuação profissional e política na sala de aula e na academia. O primeiro ponto a ser destacado para essa atuação acadêmica subversiva de forma satisfatória é a compreensão que as opressões de gênero, raça e classe são arbitrarias. Segundo aspecto, é compreender que a mulher negra e os corpos desviantes que fogem à norma são o Outro do Outro, o que exclui e silencia esses corpos, mesmo eles tendo capacidade cognitiva para alcançar êxitos acadêmicos; E, por último, o terceiro aspecto entende que as mulheres ainda são definidas através do olhar do homem, desta forma, as teorias feministas ainda são invisibilizadas nos espaços acadêmicos. No entanto,

[...] o centro acadêmico, não é um local neutro. Ele é um espaço *branco* onde o privilégio de fala tem sido negado para as pessoas negras. Historicamente, esse é um espaço onde temos estado sem voz e onde acadêmicas/os *brancas* os têm desenvolvido discursos teóricos que formalmente nos construíram como a/o “*Outras/os*” inferior, colocando africanas/os em subordinação absoluta ao sujeito *branco*. [...] De ambos os modos, somos capturadas/os em uma ordem violenta colonial. Nesse sentido, a academia não é um espaço neutro nem tampouco simplesmente um espaço de conhecimento e sabedoria, de ciência e erudição, é também um espaço de v-i-o-l-ê-n-c-i-a” (KILOMBA, 2019, p. 50-51).

Dentro da proposta da universidade deve-se abordar, portanto, uma educação para a conscientização crítica, necessária para compreender a complexidade do regime heterocentrado e o controle dos corpos. Nessa perspectiva, o currículo tem que possibilitar o contato com a diversidade de saberes e pontos de vista, discussões e diferentes propostas de ensino-aprendizagem no espaço da sala de aula. Abarcar temáticas sobre sexualidade traz um movimento exterior à cultura e as universidades têm que compreender a epistemologia feminista como teoria curricular necessária. Pois, “arriscar o óbvio” no espaço universitário traz a compreensão ao sujeito sobre seu próprio Eu e sobre os Outros, aprendendo sobre respeito, direito à vida e cuidado (LOURO, 2000, p. 68).

Nesta perspectiva, utilizar o feminismo lésbico e negro como epistemologia para o embasamento de propostas metodológicas decoloniais, antirracistas, de forma inovadora e subversiva, pode contribuir com uma atuação docente mais engajada e que percebe nos espaços universitários, um lugar possível para refletir acerca dos impactos da colonialidade do poder na educação e formação discente. Destarte, para não perpetuar os discursos de hegemonia patriarcal em sala de aula, o/a docente poderá levar para a sala de aula propostas de aprofundamento ao pensamento crítico, aproximando-as a uma prática pedagógica que estimule rupturas contra hegemônicas. Além de adotar como base da sua atuação, metodologias e políticas anticoloniais, bem como, a mediação do conhecimento, o incentivo à compreensão da branquitude como posição de privilégio e a importância da sua desconstrução como um caminho para a não perpetuação das opressões de gênero, raça/etnia e classe.

Para Abreu, Maio e Parpinelli (2019), para que a proposta metodológica alcance os resultados esperados, é necessário que o planejamento em sala de aula esteja “flertando com as teorias interseccionais e uma educação que priorize a autonomia, o exercício de falar de si, embasando-nos em diferentes autoras que propõe formas pedagógicas contra hegemônicas” (2019, p. 102). Afinal, ter como embasamento teórico

o feminismo e o feminismo negro faz com que os saberes sejam interseccionados e refletidos através dos marcadores ligados às questões da colonialidade do poder e sobre a forma de controle através do gênero e da sexualidade, raça/etnia e classe.

Para Lugones (2014), é preciso estimular os jovens na construção de subjetividades, de forma oposta à lógica dicotômica e categorial. Assim, diz a autora: “Quando penso em mim mesma como uma teórica da resistência, não é porque penso na resistência como o fim ou a meta da luta política, mas sim como seu começo, sua possibilidade” (p. 939). Ao que tudo indica, essa é uma das possibilidades para buscar respostas necessárias para tratar de questões que diz respeito ao gênero, produzidas por indivíduos em contextos sociais, temporais e espaciais. Apesar dos significados variarem de acordo com as vivências sociais e culturais, o feminismo deve ser expandido para os sujeitos, independentemente da sua identidade sexual, pois seus conceitos e suas lutas contra o poder de dominação, subordinação e exclusão da mulher devem ser coletiva e englobar a todos e todas.

O reconhecimento dos modelos de opressões de raça/etnia, classe e gênero deve ser pano de fundo na elaboração de metodologias pedagógicas desde os anos iniciais da educação infantil e ser ressignificado diante das necessidades e compreensões de acordo com cada fase acadêmica. Desta forma, questões sobre opressões deveriam ser abordadas em sala de aula para que a desconstrução das hierarquizações possa, então, envolver os discentes na busca por uma sociedade igualitária através da compreensão sobre as dicotomias hierárquicas que ainda ocorrem no espaço da sala de aula.

Ainda quanto à prática docente, o/a docente deve criar condições para que a aprendizagem seja efetiva, isso pode ser alcançado através da interação criativa com o conhecimento e, desta forma, as alunas, os alunos e alunas constroem seus significados sobre a temática dentro da perspectiva construtivista. A mediação do professor é essencial para que os alunos adquiram conhecimentos e competências básicas para sua atuação profissional, bem como para a vida. São elas:

capacidade reflexiva e crítica; capacidade de solução de problemas; capacidade de adaptação a novas situações; capacidade de selecionar a informação relevante nas áreas de trabalho, cultura e exercício da cidadania que lhe permite tomar decisões corretas; capacidade de continuar aprendendo em contextos de mudança tecnológica e sociocultural acelerada, com a permanente expansão do conhecimento; capacidade de buscar espaços intermediários de conexão entre os conteúdos das várias disciplinas, de modo a realizar projetos que envolvam a aplicação de conhecimentos ou procedimentos próprios de diversas matérias; capacidade de apreciar a leitura e a escrita, o exercício do pensamento e a atividade intelectual, de modo geral (TUNNERMANN, 2008, p. 33-34).

Para isso, considerando o que afirmam Saez e Carrascosa (2016), as professoras têm que estar atentas para as violências e misoginias que ocorrem em sala de aula. As atitudes preconceituosas e de discriminação do outro, as risadas e piadas contra gays, principalmente os passivos, fazendo assim, perseguição através do medo imposto são comportamentos e atitudes perversos, maldosos. As instituições de ensino devem ficar atentas para combater e evitar a imposição da heterossexualidade como correta, a perseguição às sapatões, aos transexuais, e aos gays e a disseminação das ideias religiosas nas escolas, nos tribunais, nas famílias e nos meios de comunicação em massa (SAEZ, CARRASCOSA, 2016).

Para Ribeiro (2019), é preciso resistir para que o caminho de luta contra a dominação de uns grupos sobre outros seja efetivo e, para tanto, deve-se buscar estratégias para combater a opressão de uma cultura exploratória, branca e machista. Para a autora, essas imposições “são de ordem conformadora e colonizadora e, voltar o olhar para essas influências deterministas que atravessam as identidades lésbicas brasileiras é extremamente importante e ajuda a compreender a relação de opressão estabelecida” (2019, p. 123).

Uma das recomendações para perseguir esse caminho de luta é o que Santos (2002) sugere como uma crítica pós-colonial que permita uma teoria ou um processo de tradução como negociação dialógica, capaz de criar e articular uma inteligibilidade entre

experiências possíveis e disponíveis, a cooperação mútua e não hierárquica de mundo”, uma reinvenção da emancipação social, direitos coletivos e cidadania.

Diante destas formulações, enfim, é possível concluir que o feminismo é um movimento de inclusão, de luta e resistência, que traz novas demandas e novos desafios à sociedade brasileira, autoritária, machista, sexista, heteronormativa e racista. Pois, é um movimento que emerge da resistência e marcha a favor de ideais e lutas feministas e, com isso, busca a implantação e implementação de políticas especiais para as mulheres, apesar de encontrar muitas e complexas barreiras de ordem política e cultural.

### **Considerações Finais**

À guisa de conclusão é possível dizer que a lógica da subversão epistêmica visa, antes de tudo, fugir à norma de opressão de grupos historicamente oprimidos. É mais que urgente a retirada da máscara de silenciamento das alunas, dos alunos e dos alunes universitários e a proposição de provocações àqueles que chegam envoltos por preconceitos e práticas opressoras que reproduzem os padrões de superioridade também na academia

Vale salientar que, ainda estamos diante de um governo e de padrões sociais que não apoiam as desconstruções de padrões heterocentrados, prejudicando assim discussões que envolvem melhorias em torno da discrepância social e de gênero que ocorrem na sociedade e nas unidades educacionais, assim como, a (in)eficácia e (in)eficiência da implementação de políticas públicas que fortaleçam a busca por uma educação de qualidade, antirracista, antissexista, contra a homofobia, a misoginia, os autoritarismos, as violências nos espaços sociais.

Na universidade, para combater preconceitos e discriminações, professoras e professores, ao basearem suas metodologias e abordagens em um campo epistemológico decolonial, antirracista situado no campo dos estudos feministas negros e lésbicos,

podem se tornar uma referência necessária para contrapor o modelo acadêmico centrado em conhecimentos e currículos eurocêntricos e coloniais, que ainda estão presentes nas universidades brasileiras e na sociedade brasileira.

Apesar da invisibilização das epistemologias de subversão no ambiente universitário/escolar, muitas professoras e professores já se posicionam de maneira sutil em relação às questões sobre gênero e sexualidade em sala de aula (MACIEL, 2018, p. 56). Contudo, é urgente a deslegitimação das opressões nas unidades educacionais como forma de contrapor também a colonialidade do saber para fugir da apropriação cultural e combater a perpetuação do estereótipo sobre a hegemonia do conhecimento e da cultura do colonizado como a única veracidade científica.

Sabe-se que o objetivo da ciência é construir conhecimento, analisar seus avanços, formulações, buscas e, muitas vezes, criticar os próprios caminhos percorridos. Nesse aspecto, a universidade pode ser pensada como espaço de construção de conhecimento e de múltiplos saberes, um terreno fértil para se pensar, refletir e problematizar as demandas da diferença em nossa sociedade contemporânea, inclusive reconhecendo a relevância de outros saberes historicamente invisibilizados e desconsiderados.

Nesse sentido, o movimento feminista, lésbico e negro é uma importante contribuição na desconstrução de (pre)conceitos e questionamento de marcadores sociais da diferença e têm ganhado espaço em debates públicos e nas políticas e ações para corrigir desigualdades sociais, de gênero, raça/etnia, classe e suas confluências com outras categorias. Esses movimentos oferecem uma valiosa contribuição às reflexões acadêmicas, às práticas pedagógicas e à formação de professoras(es) na universidade, quando colocam em pauta, as práticas enunciatórias e tradutórias de um projeto feminista da descolonização do saber, da produção de conhecimentos dissidentes e procuram destacar que os saberes construídos atravessam os limites da academia e podem abarcar outros espaços discursivos, como das escolas, da rua, dos espaços da



militância feminista, lésbica e negra e, nesse processo, procuram construir um pensamento feminista decolonial.



## Referências

- ABREU, Lua Lamberti; MAIO, Eliane Rose; PARPINELLI, Roberta Stubs. Pintando bocas monstros por meio da PE-Drag-OGIA. **Revista ODEERE**, v. 4, n. 7, 2019.
- ADICHE, Chimamanda Ngozi. **Sejamos Todas Feministas**. Companhia das Letras, 2015.
- AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo, SP: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.
- BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero: Feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2019.
- CAMPOLINA, Thaís. Por que é importante falar de visibilidade lésbica? **Revista Forum**, Publisher Brasil, 2017.
- CHAUI, Marilena. **Manifestações ideológicas do autoritarismo brasileiro**. 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica; São Paulo: Fundação Perseu Abramos, 2014. (Escritos de Marilena Chauí, v. 2).
- CHAUI, Marilena. **Brasil: mito fundador e sociedade autoritária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000. (História do povo brasileiro).
- CHAUI, Marilena. A universidade pública sob nova perspectiva. **Revista Brasileira de Educação**, n. 24, set-dez., p. 5-15, 2003.
- COLLINS, Patricia Hill. Aprendendo com a *outsider within*: a significação sociológica do pensamento feminista negro. **Revista Sociedade e Estado**, 2016. v. 31, n. 1.
- COLLINS, Patricia Hill. Rasgos distintivos del pensamiento feminista negro. In: JABARDO, Mercedes (org.). **Feminismos negros: una antología**. Madrid: Traficante de Sueños, 2012
- CONNELL, Robert W.; MESSERSCHMIDT, James W. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. **Estudos Feministas**, v. 21, n.1, p. 241-282, 2013.
- COSTA, Cristina. **A imagem da mulher: um estudo de arte brasileira**. Rio de Janeiro: SENAC Rio, 2002.
- CRENSHAW, K. Mapping the margins: Intersectionality, Identity Politics and Violence Against Women of Color. **Stanford Law Review**, 43, 1991.
- GOMES, Camilla de Magalhães. Gênero como categoria de análise decolonial. **Civitas**. Dossiê: Gênero e sexualidade, Porto Alegre, v. 18, n.1, p. 65-82, jan.-abr. 2018.
- GONZALES, Lélia. Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**. Anpocs, 1984.
- GROSGOUEL, Ramón. A Estrutura do Conhecimento nas Universidades Ocidentalizadas: Racismo/Sexismo Epistêmico e os Quatro Genocídios/Epistemicídios do Longo Século XXI. **Revista Sociedade e Estado**, v. 31, n.1., 2016.
- HEMMINGS, Clare. Contando estória feministas. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v.17, n.1, p. 215-241, 2009.
- hooks, bell. **E eu não sou uma mulher?** Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019.
- hooks, bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo. Editora WMF Martins Fontes, 2013.
- hooks, bell. Mulheres negras. Moldando a teoria feminista. **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº16. Brasília, jan.-abr. 2015, pp. 193-210.
- KILOMBA, Grada. **Memórias da Plantação: episódios de racismo cotidiano**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.
- KUMPERA, Julia Aleksandra Martucci. Lesbianidade e Branquitude. **Revista Brasileira de Estudos da Homocultura - REBEH**. v.2, n. 4, out.-dez., p. 136-145, 2019.
- LORDE, Audre Geraldine. **Irmã Outsider: ensaios e conferências**. Tradução Stephanie Borges. Belo Horizonte: Autêntica, 2019, p. 51-55
- LORDE, Audre Geraldine. **A Transformação do silêncio em linguagem e em ação**. In: LORDE, Audre. Textos escolhidos de Audre Lorde. Herética Difusão Lesbofeminista independentes, 1977. Disponível em:

[https://www.academia.edu/36358973/LORDE\\_Audre\\_A\\_transformacao\\_do\\_silencio\\_em\\_linguagem\\_e\\_a\\_cao\\_VF\\_pdf](https://www.academia.edu/36358973/LORDE_Audre_A_transformacao_do_silencio_em_linguagem_e_a_cao_VF_pdf) Acesso em: 08 de Abril de 2021.

LOURO, Guacira Lopes (Org.) **O Corpo Educado**. Pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

LUGONES, María. Rumo a um Feminismo Descolonial. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 2014.

MACEDO, Ana Gabriela. Pós-feminismo. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 14, n. 3, set.-dez., p. 813-817, 2006.

MACIEL, Patricia Daniela. **Lésbicas e Professoras: O Gênero na Docência**. Appris, 2018.

PACHECO, Ana Cláudia Lemos. **Trajatória de uma Intelectual Negra**. Disponível em:

<https://pt.scribd.com/document/321076709/A-TRAJETORIA-DE-UMA-INTELECTUAL-NEGRA-UM-A-VOZ-SUBALTERNIZADA-Ana-Claudia-Pacheco> Acesso em: 30 de Abril de 2021.

PEREIRA, Pedro Gomes. Entrevista. In: SPYER, Tereza; LEROY, Henrique; NAME, Leo. Pedro Paulo Gomes Pereira: corpos e teorias decoloniais e queers, interpelados e em trânsito. **Revista Epistemologias do Sul**. Giro decolonial: Gênero, raça, classe e geopolítica do conhecimento, v. 3, n. 2, p. 58-71, 2019.

PERES, Milena Cristina Carneiro; SOARES, Suane Felipe; DIAS, Maria Clara. **Dossiê sobre lesbocídio no Brasil: de 2014 até 2017**. Rio de Janeiro: Livros Ilimitados, 2018.

PRECIADO, Paul Beatriz. **Manifesto contrassexual: práticas subversivas de identidade sexual**. Tradução de Maria Paula Gurgel Ribeiro. São Paulo: N-1 edições, 2014.

RICH, Adrienne. **Heterossexualidade Compulsória e Existência Lésbica & Outros Ensaios**. Tradução Angélica Freitas e Daniel Luhmann. Rio de Janeiro: Editora A Bolha, 2019.

RICHARD, Nelly. "Feminismo, experiencia y representación". **Revista Iberoamericana- Revista de Crítica Cultural**, Santiago, Chile, v. 62, n. 176-177, julio-Diciembre, p. 733-744, 1996.

ROCHA, André. Apresentação. In: CHAUI, Marilena. **Manifestações ideológicas do autoritarismo brasileiro**. 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica; São Paulo: Fundação Perseu Abramos, 2014. p. 7-10

(Escritos de Marilena Chauí, v. 2)

SANTOS, Boaventura de Sousa. Introdução In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENEZES, Maria Paulo (Orgs). **Epistemologias do Sul**. Coimbra, Portugal: Edições Almedina S.A, 2009. p. 9-20.

SANTOS, Boaventura de Sousa. A universidade no Século XXI: Para uma Reforma Democrática e Emancipatória da Universidade. **Revista Educação, Sociedade e Cultura**, n. 23, p. 137-202, 2005.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 63, p. 237-280, out. 2002.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **La globalización del derechos: los nuevos caminos de la regulación y la emancipación**. Bogotá: ILSA, Universidad Nacional de Colombia, 1998.

SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, v. 15, n. 2, p. 5-22, 1990.

## **Lesbian and *black* feminist movement and the deconstruction of the hegemony of knowledge at the university**

**Abstract:** This article aims to present arguments that seek to favor reflections and value the lesbian and black feminist movement as a starting point for the production of dissenting, non-hegemonic knowledge about gender sexuality, intertwining of social markers of difference, at the university, considering pedagogical and academic sensitization challenges by teachers in the deconstruction of (pre)concepts and overcoming the gender and sex dichotomies, breaking with traditional binarism. Studies and theoretical-political action from this movement have multiplied, diversified, and increasingly legitimized itself as a field of knowledge production and discussions on topics related to oppressions suffered by women and all bodies that are not male and heterosexual and gender inequality in the academic space. The university as a place of knowledge construction and strengthening of powers, also recognizes itself as a contradictory space that needs to reflect on awareness and training about diversity. Therefore, it's urgent, that this space breaks the silence in relation to racism, the oppressions of gender and class so that inequalities are not again, driven by the silencing that gives the standards of whiteness, heterosexism and the patriarchal model the “weapon” necessary for the maintenance of its power. In this sense, the bibliographic basis for this writing are the lesbian and black feminist concepts, recognizing the importance of this theoretical-political movement. We intent to contribute with the existent literature on the subject, proposing discussions about pedagogical practice and the performance of the university lecturer in the (dis) construction of (pre) concepts of gender and understanding about oppressions of black, lesbian bodies, in addition to all other existing possibilities of inhabiting and the need to establish strategies to provoke changes in hegemonic academic patterns through critical and epistemic intersections.

**Keywords:** Black feminism. Lesbian feminism. Decolonial Epistemologies. Decolonization of knowledge.

Recebido:21/06/2021  
Aceito: 19/10/2021